

## A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do 1º milénio a.C.

ELISA DE SOUSA<sup>1</sup>

➤ O início da Idade do Ferro no Estuário do Tejo, tal como em muitas outras zonas da fachada litoral peninsular, parece estar assinalado pela chegada de populações de matriz cultural oriental.

Este fenómeno ocorre, de acordo com as datações de radiocarbono obtidas durante escavações realizadas em Santarém (Arruda, 2005), e Almaraz (Barros, Cardoso & Sabrosa, 1993), entre finais do séc. IX e inícios do séc. VIII a.C., e irá alterar, em definitivo, a paisagem humana e cultural do Estuário.

É justamente neste momento que são introduzidas novas tecnologias e conceitos mentais que as comunidades anteriores do Bronze Final desconheciam, como é o caso, por exemplo, da roda de oleiro, do moinho giratório, da metalurgia do ferro e de modelos arquitetónicos de planta retangular, para além de novas técnicas construtivas (Arruda, 2010). Tal fenómeno provocou um choque cultural que modificou profundamente as sociedades autóctones, alterando, a vários níveis, diferentes aspetos da vivência quotidiana e da sua cultura.

A própria introdução de novos objetos nos repertórios artefatuais, como é o caso de novas formas cerâmicas, artefactos em metal e objetos de pasta vítrea, irá marcar uma profunda revolução no registo arqueológico dos inícios do 1º milénio, conferindo-lhe, desse momento em diante, um cariz marcadamente orientalizante, que irá perdurar até à chegada dos primeiros contingentes militares romanos ao território.

A chegada destas gentes orientais ao Estuário do Tejo não acontece por acaso, parecendo obedecer a objetivos muito específicos e a um planeamento prévio (Arruda, 2005). É provável que a colonização fenícia da costa ocidental atlântica tenha surgido como consequência da necessidade de abastecer as áreas nevrálgicas do Mediterrâneo Oriental de recursos metalíferos, que é tido como um dos factores primários desta diáspora (Aubert, 1994).

O curso do Tejo tem, por um lado, consideráveis riquezas naturais, das quais se pode destacar a exploração do ouro, constituindo, para além do mais, uma via de comunicação privilegiada para zonas mais interiores, ricas também em estanho (Arruda, 2005). Estas condições foram alguns dos factores que seguramente atraíram, durante os primeiros séculos do 1º milénio a.C., as populações orientais para este território.

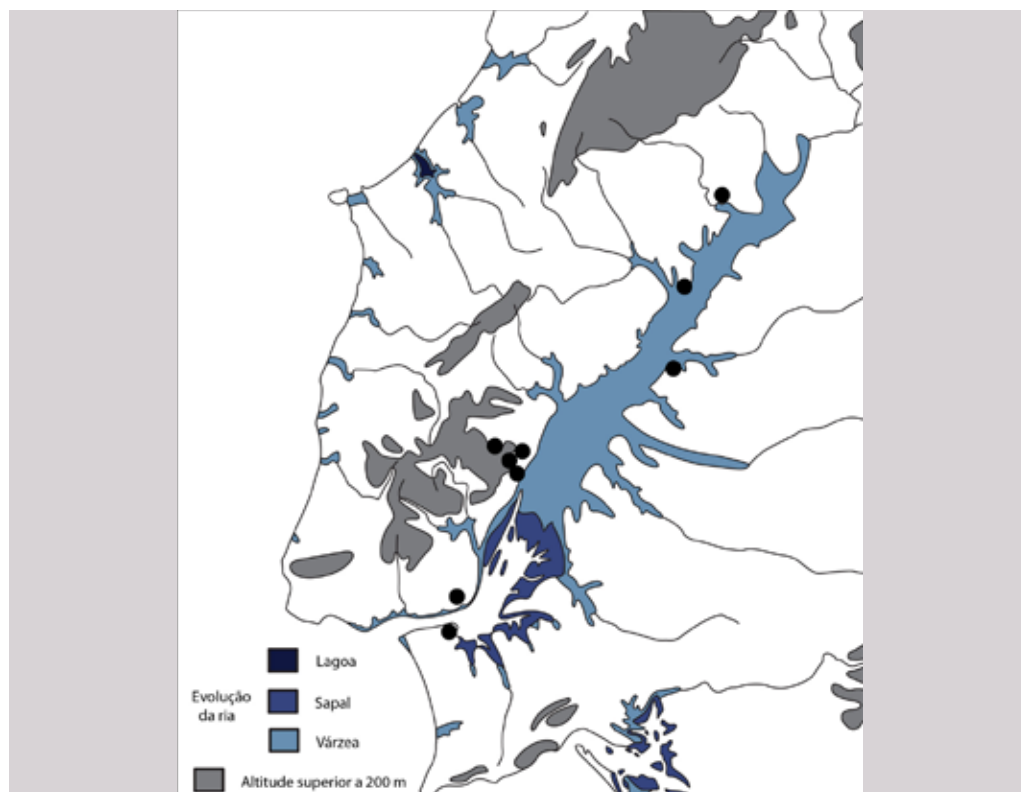
Estes interesses de natureza económica justificam também, por outro lado, a densa malha de povoamento humano que se verifica nas margens do Estuário entre os séculos VIII e VI a.C.

Com efeito, os grandes povoados orientalizantes do Estuário, concretamente Lisboa e Almaraz, na foz, e também Santarém, no interior, ocupam, desde o século VIII a.C., locais estratégicos na paisagem, estando implantados em colinas bem destacadas, com ampla visibilidade do território envolvente e, mais concretamente, com um controle visual do curso do Tejo.

No curso médio do Estuário, na área de Vila Franca de Xira, os trabalhos desenvolvidos durante os últimos anos por João Pimenta e Henrique Mendes (2010-2011) revelaram um padrão de povoamento intensivo desta área durante a 1ª metade do 1º milénio a.C. Os materiais arqueológicos recolhidos no povoado de Santa Sofia, Quinta da Marquesa II e a Quinta da Carapinha I (Pimenta & Mendes, 2010-2011), entre outros, indicam a

existência de contactos intensos entre as comunidades indígenas da zona de Vila Franca e os agentes orientais dos grandes povoados do Estuário, como Lisboa e Santarém. Também em áreas mais interiores do curso do Tejo se verifica alguma densidade da malha urbana ribeirinha, como refletem os povoados de Chões de Alpompé (Diogo, 1993), Porto do Sabugueiro (Pimenta & Mendes, 2008) e Alto do Castelo (Pimenta, Henriques & Mendes, 2012) que proporcionaram materiais também integráveis em cronologias arcaicas da Idade do Ferro.

**Figura 1**  
Ocupação do Estuário do Tejo durante a primeira metade do 1º milénio a.C.



Durante o decurso dos três séculos do chamado período orientalizante (VIII a VI a.C.), a cultura material do Estuário do Tejo não é muito diferenciada de outras áreas tocadas pela colonização fenícia. As chamadas ânforas de saco, ou R1, os pratos e taças de engobe vermelho e de cerâmica cinzenta, os *pithoi* pintados em bandas e as urnas tipo Cruz del Negro são elementos típicos do repertório artefactual orientalizante presentes desde a costa de Málaga à área de Cádiz, à Extremadura espanhola e à fachada atlântica portuguesa. Com efeito, quer na costa algarvia, como nos estuários do Sado, Tejo e Mondego, os mesmos materiais marcam a cultura material de toda a primeira metade do 1º milénio a.C. (Arruda, 1999-2000). A homogeneidade da cultura material que se verifica durante este período poderá refletir, justamente, a existência de contactos frequentes entre estas diversas áreas, com movimentações contínuas de pessoas, objectos e ideias.

Em meados deste 1º milénio, esta *koine* cultural orientalizante desaparece um pouco por todo o Extremo Ocidente. Os momentos finais do século VI a.C. traduzem-se, em todo o mundo colonial fenício, num momento de grande instabilidade. Devido a uma série de fatores internos e externos, relacionados com a desvalorização dos recursos metálicos e momentos de maior fragilidade política e social, as diferentes áreas peninsulares tocadas pela colonização fenícia são estrangidas a reestruturar, de forma independente, novos modelos de exploração de território e alterar estratégias económicas, situação esta que se reflete também a nível político e social.

A partir de finais do século VI a.C., assiste-se, em linhas gerais, a um progressivo fenómeno de regionalização que se manifesta não só em transformações da malha de povoamento e de exploração de recursos, mas também em alterações urbanísticas dentro dos próprios povoados e na criação de quadros próprios da cultura material que irão distinguir áreas específicas durante a 2ª metade do 1º milénio.

A situação mais emblemática ocorre no sul do território peninsular, onde a metrópole de *Gadir* conseguiu, em pouco tempo, reorientar a sua economia para a produção, em grande escala, de preparados piscícolas, que se tornaram no produto mais distintivo dessa área meridional. A presença dos contentores ocidentais que transportavam esses produtos, as chamadas ânforas Maña Pascual A4, na Grécia, concretamente em Corinto e Olímpia (Maniatis & *alli.*, 1994), assim como as referências dos textos clássicos à existência desses preparados nos mercados grego e cartaginês, são claros indicadores da rápida adaptação de Cádiz a uma nova realidade comercial. Estas alterações são claramente visíveis ao nível do registo arqueológico, refletindo-se não só na modificação da cultura material, mas também em novas estratégias de ocupação do território e reestruturação das redes comerciais do sul da Península Ibérica.

Também na zona da Extremadura espanhola, a emergência de um novo sistema de organização territorial, este marcado por complexos monumentais, surge na sequência da crise do século VI a.C. A nova malha de povoamento está marcada por modelos arquitetónicos de inspiração oriental, sendo o palácio-santuário de Cancho Roano o seu melhor representante (Celestino Pérez, 1995). Também aqui, durante o século V a.C., os espólios da zona estremenha assumiram características muito individualizantes que permitem a sua clara distinção face a outras zonas peninsulares.

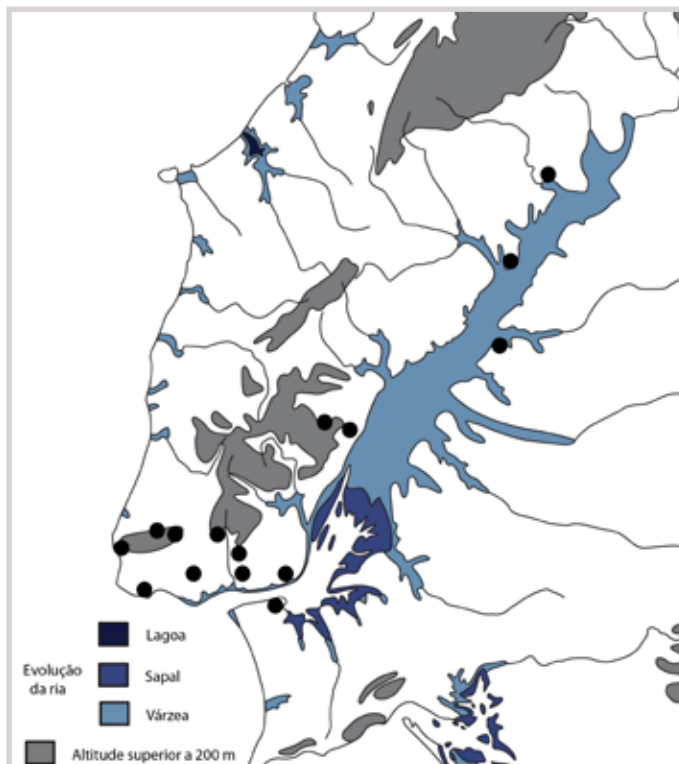
Os meados do 1º milénio a.C. configuram-se, assim, como o momento áureo da “regionalização” das diferentes áreas previamente tocadas pelos influxos orientalizantes, que mostram uma notável capacidade de reestruturação interna face a uma situação de instabilidade. Apesar da drástica diminuição da frequência de contactos culturais e comerciais,

estas comunidades mostram ter tido a capacidade de explorar recursos internos e sobreviver em condições menos propícias, quando comparáveis à da fase anterior.

Também na fachada centro-atlântica do território português a chamada “crise do século VI a.C.” despoletou um fenómeno de metamorfose que se refletiu a vários níveis e configurou a criação de uma nova etapa dentro da Idade do Ferro.

A alteração mais perceptível ocorre em termos da paisagem antrópica do Estuário do Tejo. Enquanto que durante os séculos VIII, VII e VI a.C. o povoamento se concentra junto às margens do rio, a partir do século V a.C. é visível uma clara reorientação do dinamismo populacional para os territórios mais ocidentais. Esta alteração da malha de povoamento é, seguramente, o reflexo de novas estratégias económicas que passam a privilegiar os ricos solos agrícolas em detrimento da captação de recursos metalíferos que seguiam o curso do Tejo.

**Figura 2**  
Ocupação do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C.



Com efeito, na área de Vila Franca de Xira, a maioria dos sítios ocupados na fase anterior parecem ser abandonados, conhecendo-se, para os meados do 1º milénio a.C., apenas as ocupações do Castro do Amaral e do Casal da Mó (Pimenta & Mendes, 2010-2011).

Por outro lado, junto ao complexo basáltico de Lisboa, a fase que se inicia em finais do século VI a.C. é marcada por um drástico incremento de núcleos de habitat, enquanto que nos séculos anteriores, toda a área era, de acordo com os dados existentes até ao momento, praticamente desocupada. A intensidade deste fenómeno é uma situação que só tem paralelo com a realidade conhecida durante o Bronze Final (Cardoso, 2004).

Os concelhos de Amadora, Oeiras, Cascais e Sintra parecem constituir, a partir de meados do 1º milénio a.C. um foco especial de atração para o desenvolvimento de atividades económicas, estando estas muito provavelmente relacionadas com a agricultura e pecuária.

Para esta área, a nova malha de povoamento não comporta, de acordo com os dados disponíveis até ao momento, grandes povoados como os de Lisboa ou Almaraz, mas integrada, pelo menos, duas categorias diferentes de *habitats*. Uma delas corresponde aquilo que se pode chamar de povoados centrais, de que é exemplo Santa Eufémia (Arruda, 1999-2000) e o Castelo dos Mouros, em Sintra, e talvez também o povoado das Baútas, no concelho da Amadora.

Estes sítios correspondem a povoados de considerável dimensão, implantados em áreas de ampla visibilidade e com boas condições de defensabilidade natural. Este tipo de núcleos poderão ter desempenhado um papel ativo a nível político, social e administrativo, tendo estruturado no seu entorno uma série de *habitats* de menor dimensão com funções eminentemente rurais.

Estes últimos, dos quais são exemplo o Moinho da Atalaia Oeste (Pinto & Parreira, 1978; Sousa, 2011), na Amadora, Outorela I e II (Cardoso, 2004) e Gamelas III (Cardoso, 2011), em Oeiras, e a Sepultura do Rei Mouro (Serrão & Vicente, 1980; Sousa, 2011), em Sintra, são definidos, contrastando com o cenário anterior, por se localizarem em cotas baixas e sem condições de defensabilidade natural. A sua implantação tem também em conta, por norma, a proximidade a linhas de água e o potencial agrícola dos terrenos.

Por outro lado, dentro dos grandes povoados localizados junto à foz do Estuário do Tejo, os meados do 1º milénio a.C. correspondem a uma fase de notável vitalidade, sendo observável uma expansão da área ocupada, um maior dinamismo das atividades económicas e uma maior diversificação e caracterização da cultura material, assistindo-se a um aumento exponencial da produção anfórica e também das restantes categorias cerâmicas (Sousa, 2011).

Por exemplo, em Lisboa, concretamente na área do Castelo de São Jorge, os espaços ocupados, que durante os séculos VIII, VII e VI a.C. se concentravam na zona da encosta do Castelo (Calado, 2008), estendem-se agora à zona ribeirinha, concretamente à Rua dos Correeiros e à Rua dos Douradores, na baixa pombalina.

O Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros é um exemplo notável desse crescimento. As escavações arqueológicas realizadas durante a década de noventa revelaram a existência de um núcleo ocupado entre o século V a.C. e inícios da centúria seguinte (Sousa, 2011). Trata-se de um espaço amplo, cujas estruturas arqueológicas e características da cultura material permitem propor a utilização enquanto zona portuária, centro de produção oleira, e mesmo espaço de habitat, sendo ainda de equacionar a acumulação de várias destas funções (Sousa, 2011).

Figura 3

Vestígios pré-romanos na área de Lisboa:  
 1 a 6 – Castelo de São Jorge; 7 – Termas dos Cássios; 8 – Rua de São Mamede; 9 – Teatro Romano; 10 – Sé de Lisboa; 11 – Casa dos Bicos; 12 – Pátio da Senhora de Murça; 13 – Rua de São João da Praça; 14 – Travessa do Chafariz d'El Rei; 15 – Rua dos Correeiros; 16 – Rua dos Douradores; 17 – Rua Augusta (Zara) (segundo Calado, 2008, modificado).

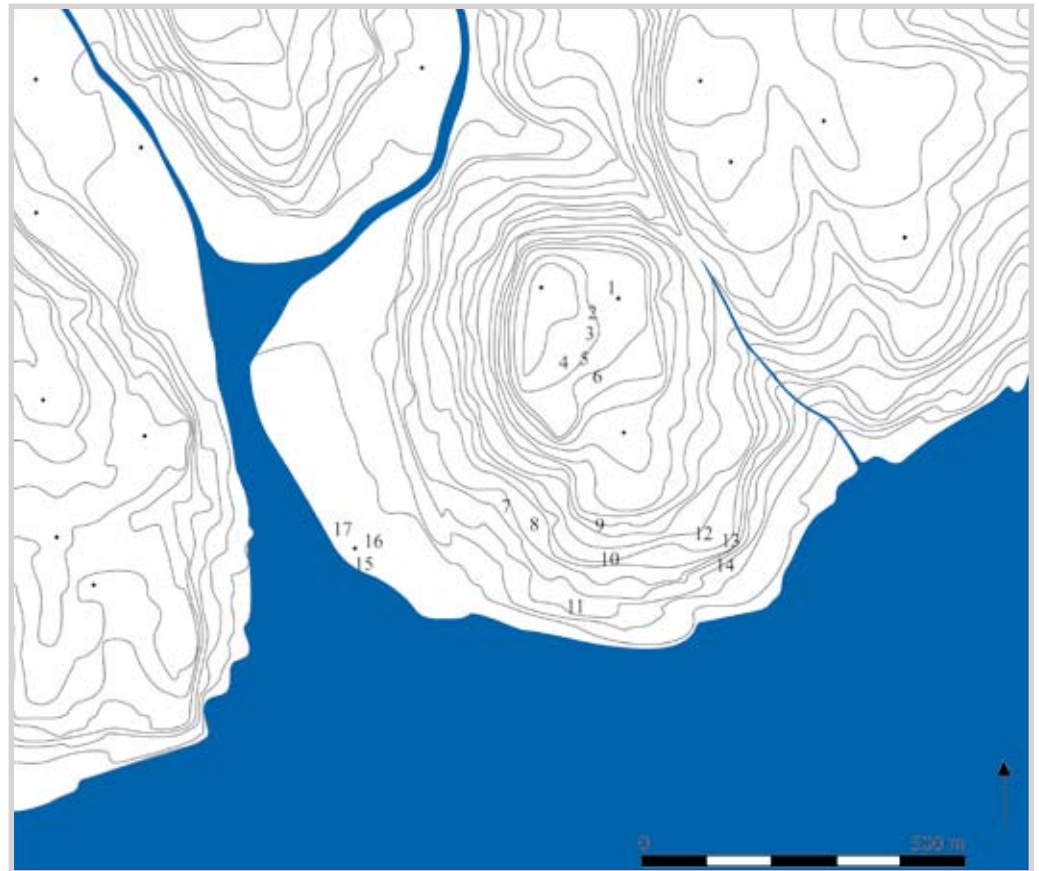
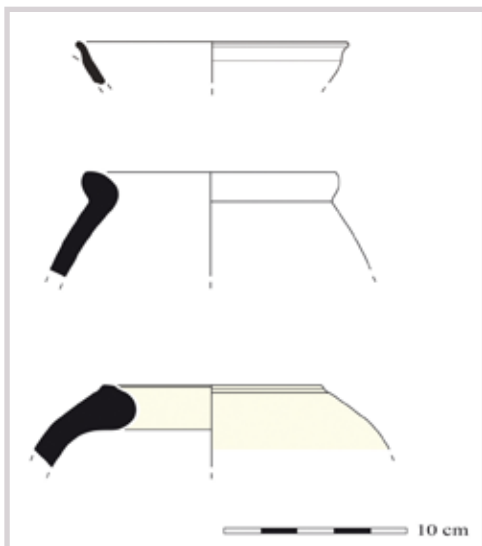


Figura 4

Materiais importados recuperados nas escavações da Rua dos Correeiros (de cima para baixo - taça Cástulo, ânfora produzida na área meridional da Península Ibérica e ânfora centro-mediterrânea do tipo 4.1.1.3. de Ramon Torres).



Este sítio arqueológico permitiu a recolha de um vasto conjunto de dados que refletem um notável dinamismo de *Olisipo* durante os meados do 1º milénio.

O estudo do conjunto artefactual aí recolhido foi essencial para criação do modelo de evolução da Idade do Ferro do Estuário do Tejo que acabei de apresentar, na medida em que permitiu caracterizar, pela primeira vez, as várias *facies* da cultura material dessa área durante o século V e inícios do séc. IV a.C. (Sousa, 2011).

A existência, entre os níveis arqueológicos da Idade do Ferro da Rua dos Correeiros, de um fragmento de cerâmica grega (taça Cástulo), de uma ânfora centro mediterrânea (4.1.1.3 de Ramon Torres) e de uma outra proveniente da zona meridional da Península Ibérica, permitiu consolidar a cronologia proposta. Estes correspondem, contudo, à quase totalidade de exemplares importados num conjunto composto por cerca de 5000 peças, sendo todas as restantes de produção local e/ou regional (Sousa, 2011).

A análise realizada ao conjunto da Rua dos Correeiros permitiu ainda reconhecer que o dinamismo da malha de povoamento que se verifica na foz do Estuário em meados do 1º milénio é acompanhado pela criação de uma cultura material que apresenta marcas muito individualizantes e que confere às comunidades que aí habitavam uma identidade muito própria.

Com efeito, as grandes categorias de cerâmica da Idade do Ferro, concretamente as ânforas, a cerâmica cinzenta, de engobe vermelho e a cerâmica comum apresentam, nos seus repertórios tipológicos, formas muito individualizantes para as quais não se conhecem paralelos fora da área do Estuário.

Os contentores anfóricos centro atlânticos, apesar de sofrerem influências de outras áreas peninsulares, especificamente da área gaditana e, possivelmente, também da atual Extremadura espanhola, adquirem traços marcadamente característicos, nomeadamente diâmetros de bordo consideravelmente amplos, quando comparados com as restantes produções, e aspetos morfológicos singulares, como é o caso da aplicação de asas de secção oval com um acentuado sulco na sua parte externa (Sousa, 2011).

Na cerâmica de engobe vermelho, os meados do 1º milénio marcam, no Estuário do Tejo, o aparecimento de uma série de pratos e taças de perfil muito carenado que não têm paralelos próximos fora desta área geográfica. Também entre a cerâmica cinzenta surge uma série de pequenos potes de perfil carenado, possivelmente utilizados para o consumo de líquidos, que são específicos da área atlântica (Sousa, 2011).

Entre a cerâmica comum, que tradicionalmente engloba recipientes destinados a uma multiplicidade de funções (serviço de mesa, cerâmica de cozinha e de armazenamento, higiene pessoal, etc), surgem também várias formas características dos meados do 1º milénio, concretamente morfologias próprias de tigelas, pratos e alguidares, e, sobretudo, recipientes de tipo pote e/ou panela, alguns dos quais mostram também fortes influências, na sua génese, de elementos da zona meridional peninsular e da Extremadura espanhola (Sousa, 2011).

Entre os objetos de cariz mais excecional, cabe destacar a presença considerável de suportes em cerâmica. Esta morfologia é recorrente, em contextos fenício-púnicos, precisamente em áreas onde uma produção oleira está claramente atestada. É o caso, por exemplo, do forno de Camposoto, na área de Cádiz, e do Cerro del Villar, na costa de Málaga. Este elemento, conjugado com a presença de uma estrutura de forno, identificada durante as escavações arqueológicas da Rua dos Correeiros, permitiu consolidar a proposta de que aquela área terá funcionado, num dado momento da sua ocupação, enquanto centro de produção cerâmica (Sousa, 2011).

Cabe ainda referir que é justamente nos suportes que surgem os vestígios mais recorrentes de decoração, concretamente duas estampilhas de cavalos e, num outro recipiente, uma representação estilizada de uma espiga, em decoração incisa (Sousa, 2011).

Um outro motivo decorativo emblemático dos materiais da Rua dos Correeiros corresponde à representação, no interior de um fragmento de tigela de cerâmica cinzenta, de uma pequena embarcação que poderá relacionar-se com um *hippos* (típica embarcação fenícia – pequenos barcos de transporte, com a proa decorada - cavalo) (Arruda, 1999-2000). A mesma temática surge em dois objetos de terracota, que corresponderiam a miniaturas desse tipo de barcos (Sousa, 2011). Estes elementos parecem evidenciar a importância que o transporte marítimo-fluvial terá assumido na organização económico-comercial do Estuário do Tejo.

Do restante conjunto artefactual, cabe destacar a presença de uma fíbula de bronze (tipo 13a de Ponte e de 14a Cuadrado Diaz), datável também entre o século V e inícios do século III a.C.

A importância deste estudo incidiu, justamente, na possibilidade de caracterizar um amplo conjunto artefactual datado com parâmetros cronológicos precisos (séc. V – inícios do séc. IV a.C.), que permitiram definir as fases de ocupação de outros locais situados em áreas mais periféricas que não continham, entre os seus espólios, elementos datantes. Era o caso, por exemplo, das estações arqueológicas sidéricas dos concelhos de Amadora e Sintra.

A análise dos conjuntos artefatuais dessas áreas, permitiu observar, em primeiro lugar, a quase total ausência de elementos claramente associados a uma ocupação antiga do período orientalizante.

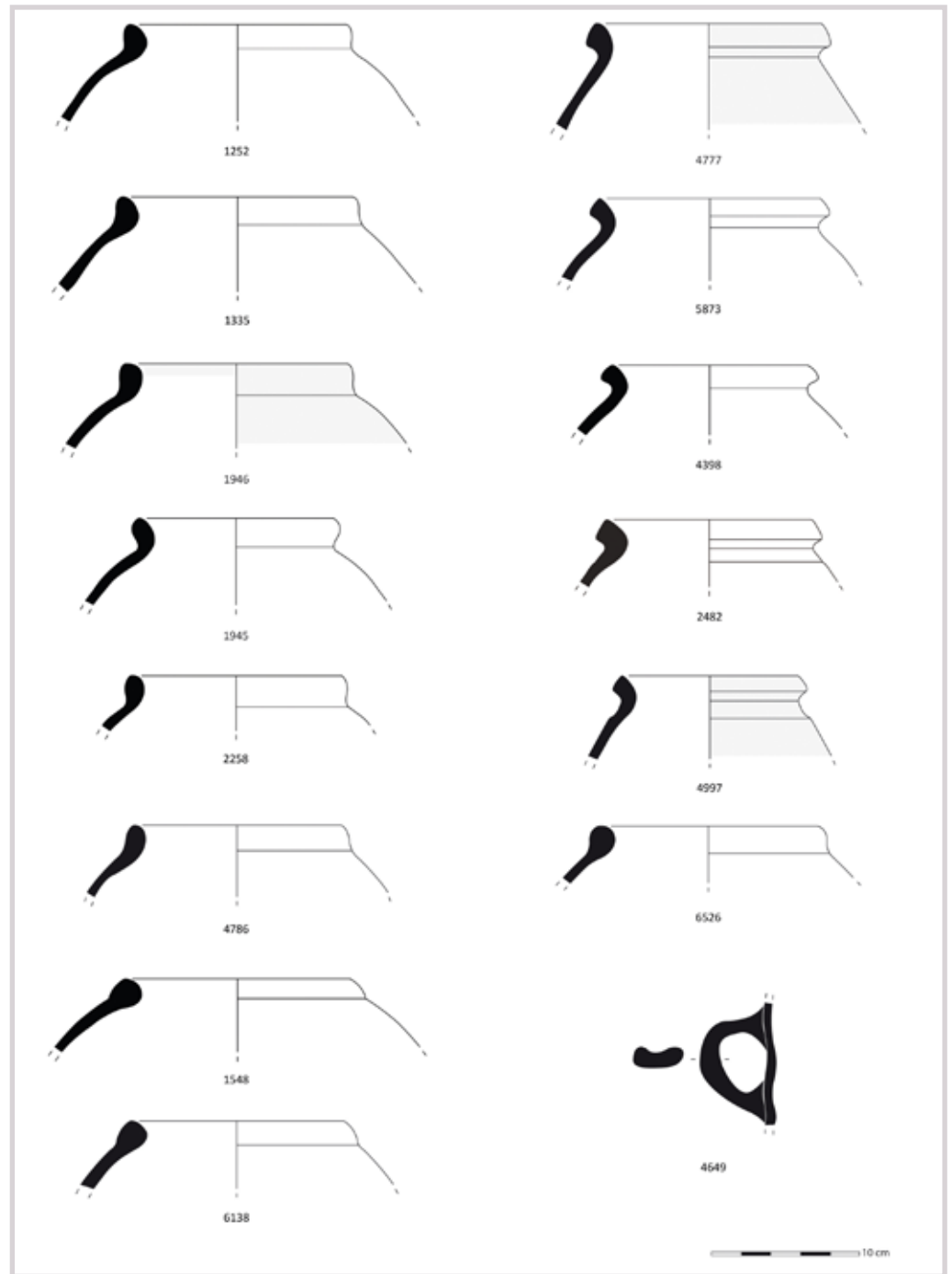


Figura 5  
Ânforas de produção  
local da Rua dos  
Correiros.

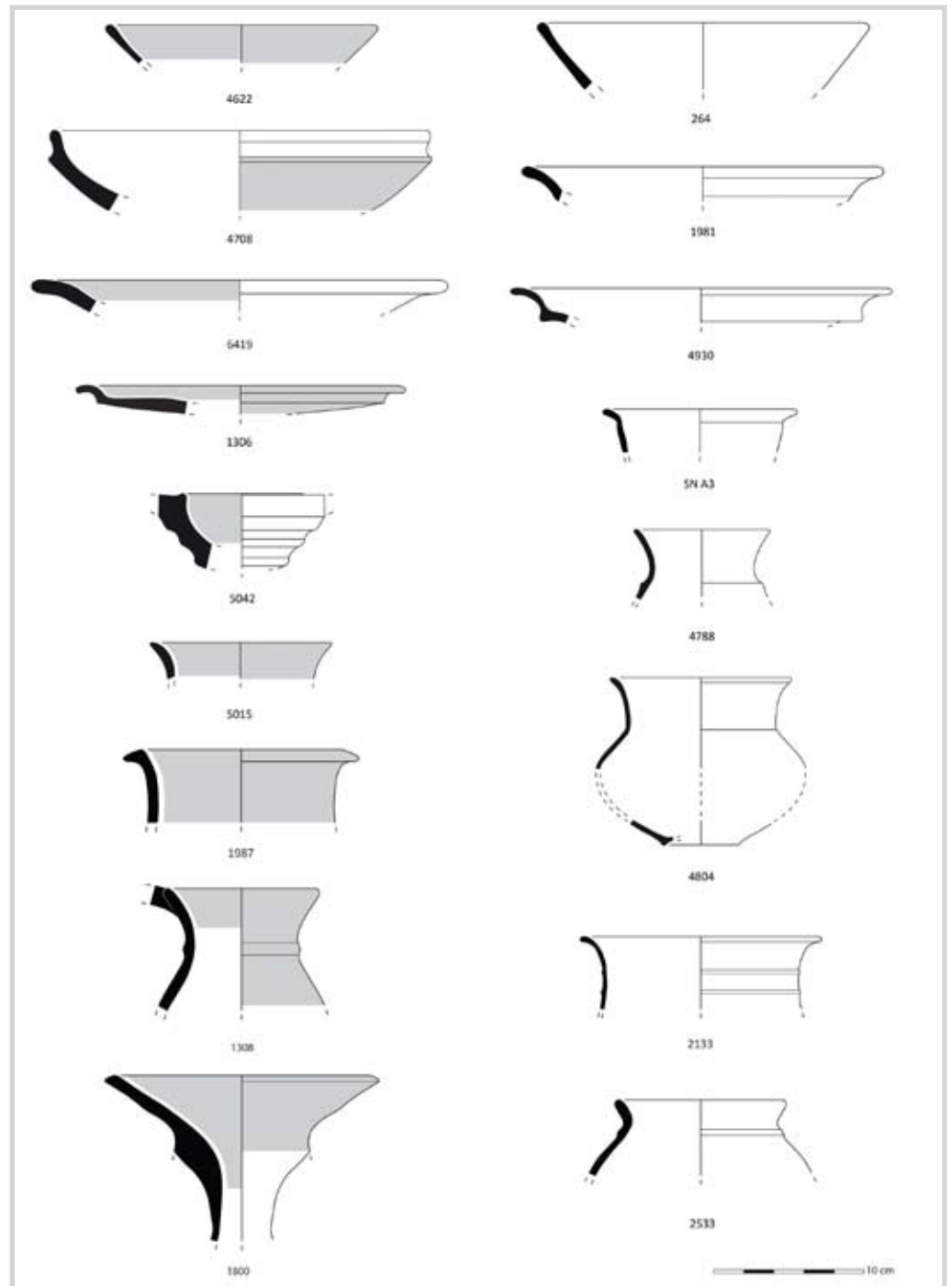


Figura 6  
Cerâmica de engobe vermelho (lado esquerdo) e cerâmica cinzenta (lado direito) da Rua dos Correiros.



Com efeito, os únicos artefactos que atestavam uma maior antiguidade de ocupação foram recolhidos em Santa Eufémia, em Sintra, em Baútas e em Casal de Vila Chã Sul, na Amadora, correspondendo a ânforas integráveis ainda no tipo 10.1.2.1. de Ramon Torres, juntamente com alguns escassos fragmentos de vasos de cerâmica cinzenta de formas mais arcaicas (Sousa, 2011). No entanto, a análise destes materiais não permitiu, na minha opinião recuar as cronologias para momentos anteriores à segunda metade do século VI a.C.

Na esmagadora maioria dos sítios analisados, os artefactos recolhidos no decurso de campanhas de escavação e prospeção indicam uma ocupação não anterior ao século V a.C. É o caso do Moinho da Atalaia Oeste, um pequeno povoado rural do concelho da Amadora, cujo registo artefactual mostra inegáveis semelhanças, não só ao nível das formas documentadas mas também ao nível dos fabricos, com o conjunto de Lisboa. A mesma situação ocorre no povoado das Baútas, também no mesmo concelho, e em Sintra, em Santa Eufémia (Sousa, 2011).

A análise destes conjuntos permitiu, assim, reconhecer a existência de contínuas redes de comércio e abastecimento entre os grandes povoados da foz do Estuário (Lisboa e, eventualmente, Almaraz) e a rede de povoamento secundária dos concelhos de Amadora e Sintra. Também no concelho de Oeiras, a publicação recente de materiais recolhidos por Gustavo Marques no sítio de Gamelas III (Cardoso, 2011), permite reconhecer que a mesma realidade se aplica para os sítios do concelho de Oeiras, como já anunciavam os exemplares publicados de outros dois estabelecimentos de cariz rural, conhecidos como Outorela I e II (Cardoso, 2004).

Com efeito, não são apenas as mesmas formas que são comuns a todas as áreas, mas também os fabricos, o que indicia a existência de centros de produção oleira comuns a toda a foz do Estuário e, conseqüentemente, a sua integração numa mesma esfera económica e, possivelmente, política (Sousa, 2011).

A crise do século VI a.C. parece ter provocado no Estuário do Tejo, tal como em outras áreas da Península Ibérica, a exigência de uma profunda reestruturação das estratégias económicas. No Estuário, essa reestruturação parece ter passado por um novo modelo de ocupação do território, que se traduziu no desenvolvimento de um sistema de povoamento periférico de carácter essencialmente rural, em áreas com bom potencial agrícola, que podia, contudo, apresentar alguma complexidade e hierarquização, com núcleos de povoamento secundários em relação a Lisboa, mas que, no entanto, organizavam a rede de sítios menores na sua área mais próxima.

Estas zonas mais periféricas, localizadas não só nos concelhos de Sintra e da Amadora, mas também, em Oeiras e até em Cascais, integrariam uma mesma esfera cultural, um provável território político e, simultaneamente, um mercado para os produtos manufacturados do núcleo olisiponense, a julgar pelas características da cultura material identificada. A própria existência de uma produção anfórica específica da área de Lisboa implica, necessariamente, uma organização social complexa, capaz de gerar, estruturar e controlar excedentes produtivos importantes que circulariam num sistema de intercâmbio estruturado (Sousa, 2011).

A ocupação dos meados do 1º milénio a.C., no Estuário do Tejo caracterizou-se, assim, por um modelo complexo de estruturação do território, com uma hierarquização aparentemente bem definida e, acima de tudo, através de uma identidade muito particular que permite a sua individualização das restantes esferas culturais que se seguiram ao período orientalizante no território peninsular.

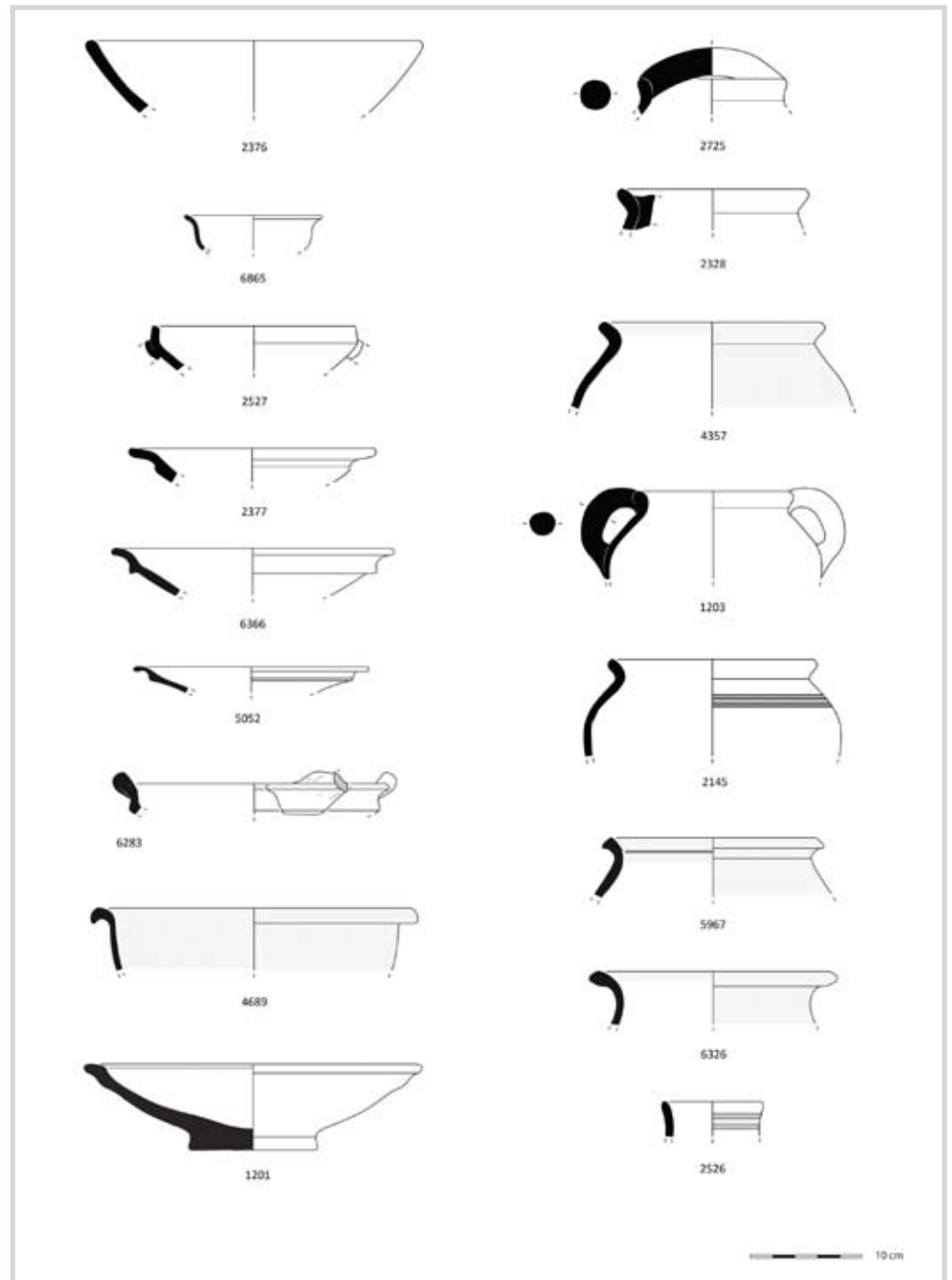
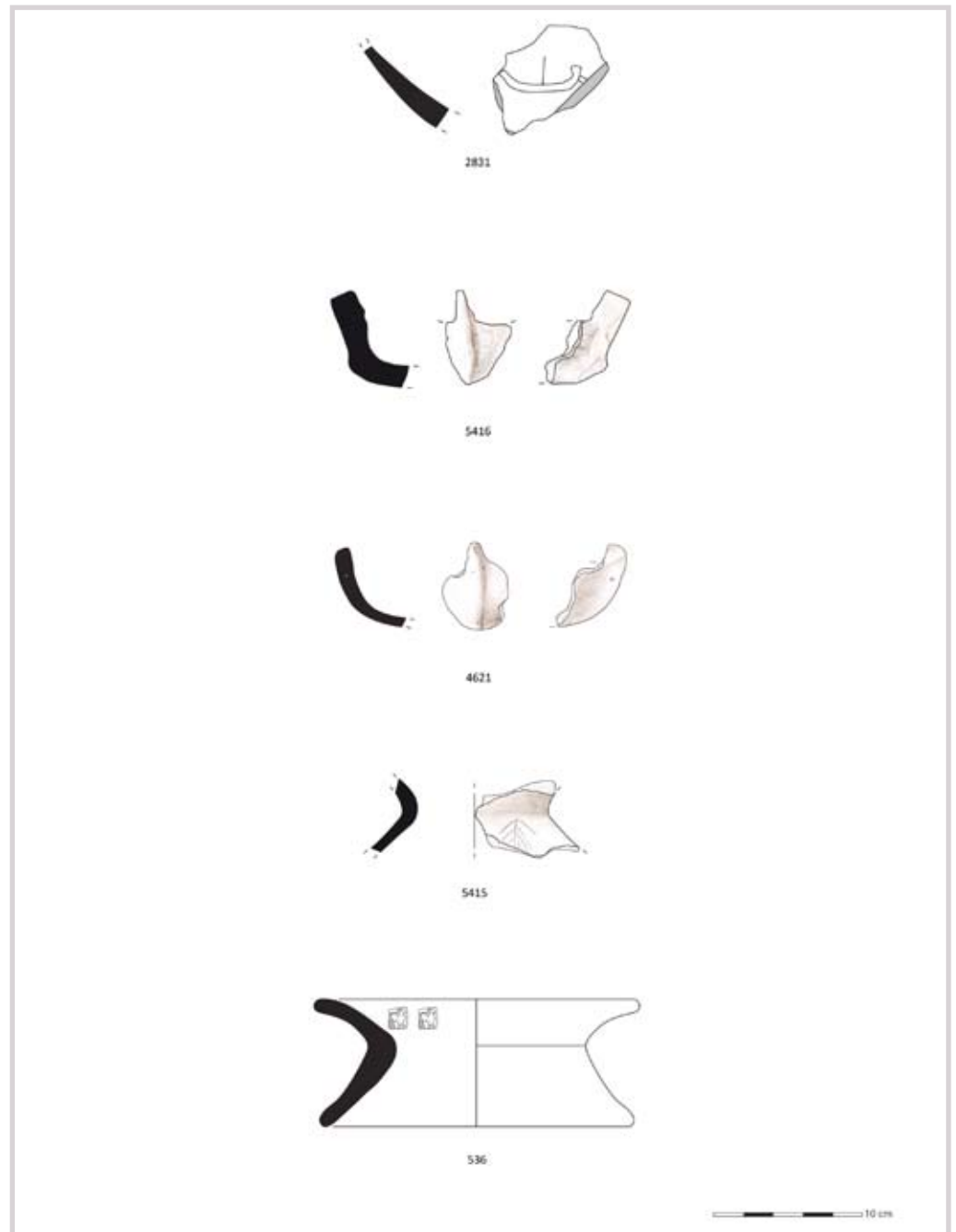


Figura 7  
Cerâmica comum da  
Rua dos Correiros.



**Figura 8**  
Fragmento decorado com grafito de embarcação (2831), vasos coroplásticos representando embarcações (5416 e 4621) e suportes cerâmicos decorados (5415 e 536).

Figura 9

Ânforas de tipo 10.1.2.1. de Ramon Torres de Santa Eufémia (SE/BF/73/206) e Casal de Vila Chã Sul (6/88/18) e vasos de cerâmica cinzenta de Baútas (274/1573/31, 25/628/14 e 26/655/3).

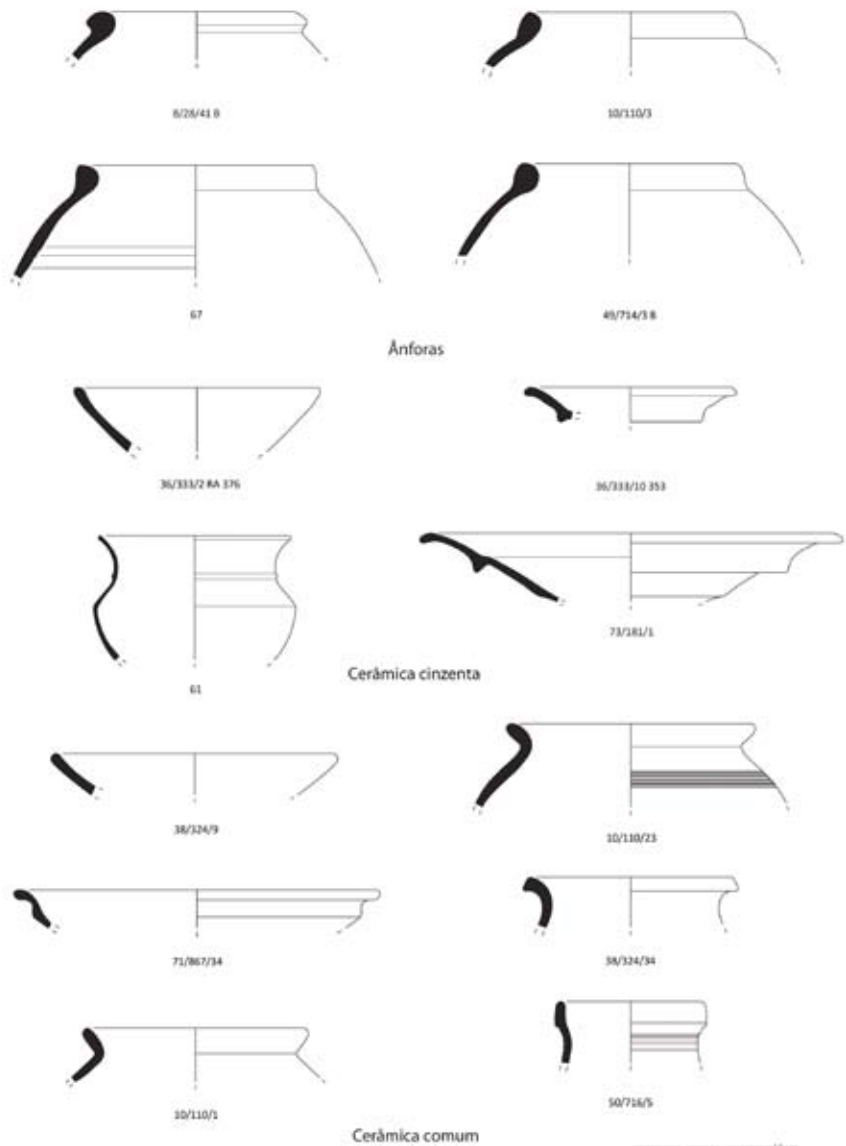
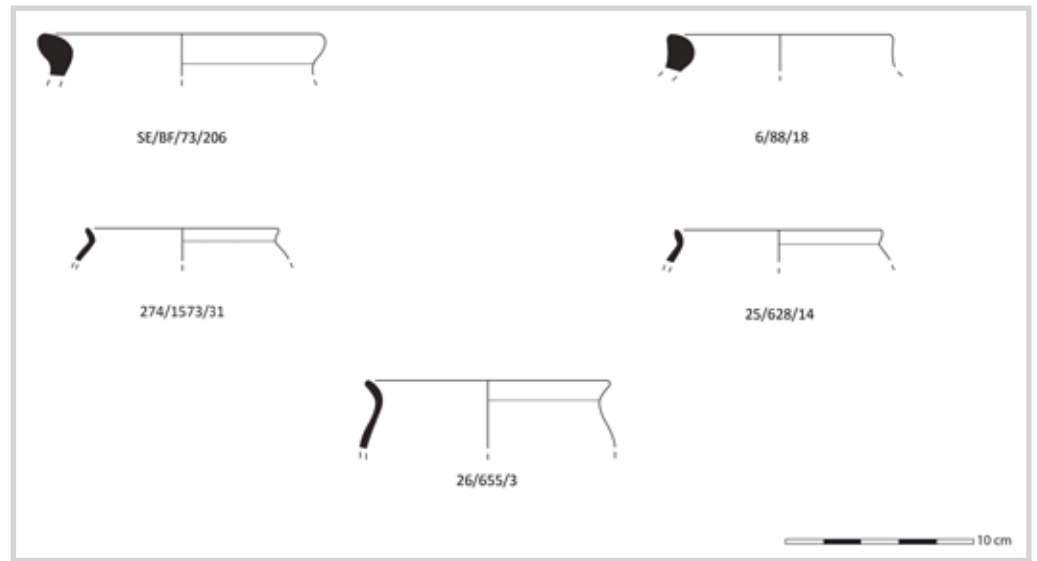


Figura 10

Materiais da Idade do Ferro de Moinho da Atalaia Oeste.

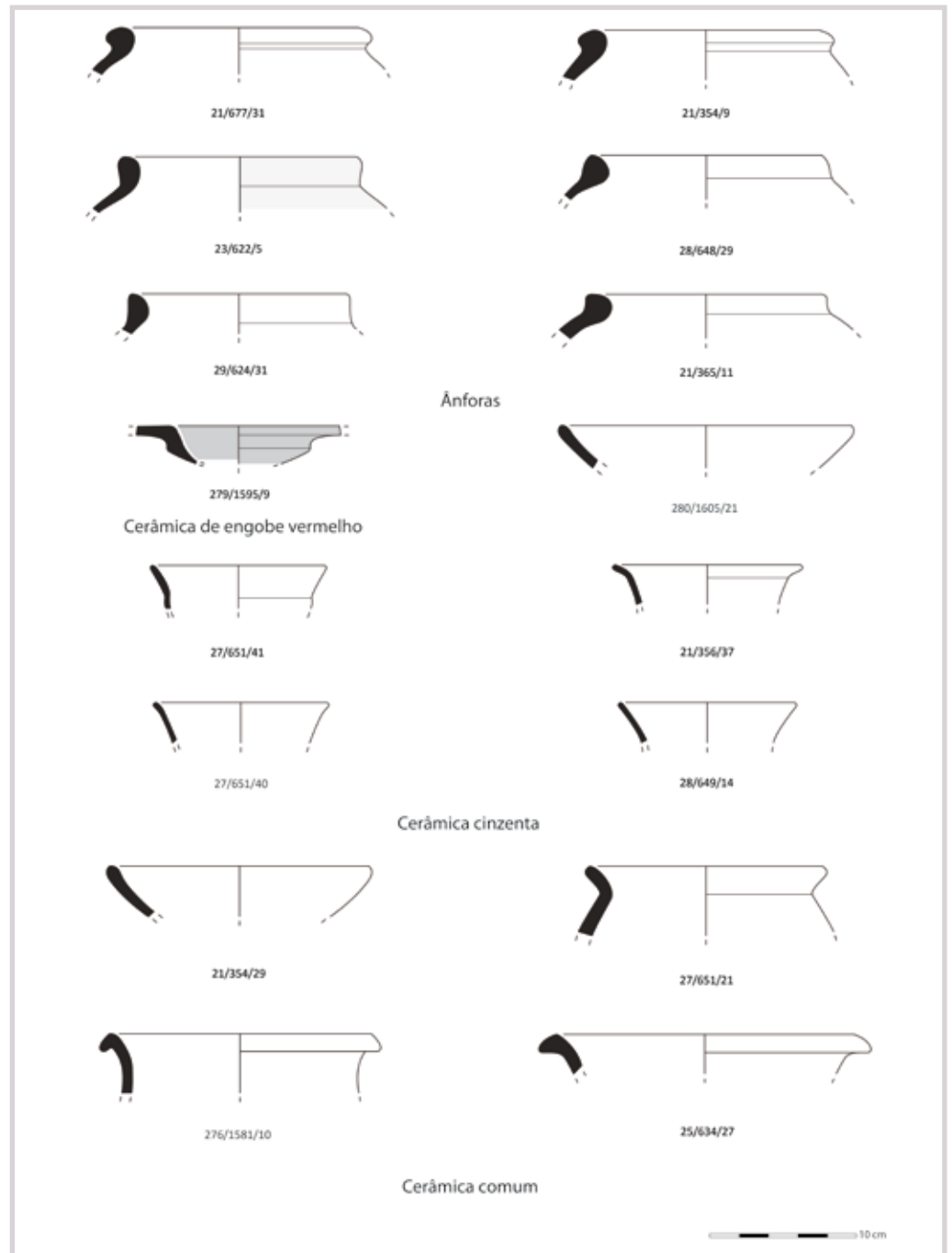


Figura 11  
Materiais da Idade do  
Ferro de Baútas.

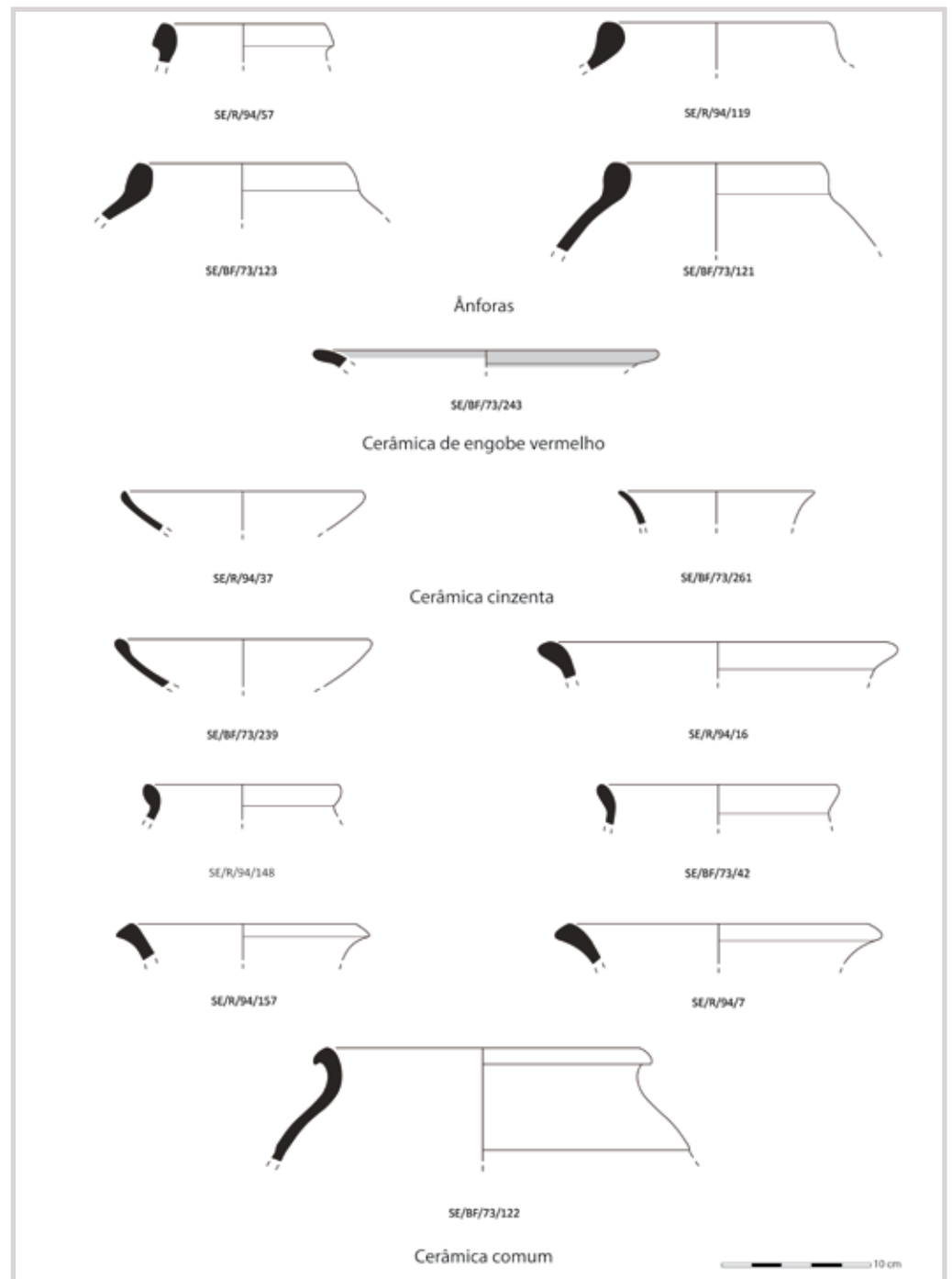


Figura 12  
Materiais da Idade  
do Ferro de Santa  
Eufémia.

---

**BIBLIOGRAFIA**

- ARRUDA, A. M. (1999-2000)** – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, n.o 5- 6).
- ARRUDA, A. M. (2005a)** – Orientalizante e pós-orientalizante no sudoeste peninsular: geografia e cronologias. *Anejos de Archivo Español de Arqueología. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida: Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida, vol. I, p. 277- 303.
- ARRUDA, A. M. (2010)** - Fenícios no território actualmente português: e nada ficou como antes. In *El Carambolo. 50 años de un tesoro*. Sevilla: Universidad, p. 439-452.
- AUBET, M. E. (1994)** – *Tiro y las colonias fenicias de Occidente*. Barcelona: Crítica.
- BARROS, L.; CARDOSO, J. L.; SABROSA, A. (1993)** – Fenícios na margem sul do Tejo. Economia e integração cultural do povoado de Almaraz – Almada. *Estudos Orientais*. Lisboa, IV, p. 143- 181.
- CALADO, M. (2008)** – *Olisipo pré-romana. Um ponto da situação*. Lisboa: Apenas.
- CARDOSO, J. L. (2004)** – *A Baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional*. Oeiras: Câmara Municipal (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 12).
- CARDOSO, J. L. (2011)** – *Arqueologia do Concelho de Oeiras. Do Paleolítico Inferior ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal.
- CELESTINO PÉREZ, S. (1995)** – El período orientalizante en Extremadura. *Extremadura Arqueológica*. Cáceres, IV, p. 67-90.
- DIOGO, A. M. D. (1993)** – Ânforas pré-romanas dos Chões de Alompé (Santarém). *Estudos Orientais*. Lisboa, IV, p. 215-227.
- MANIATIS, Y.; JONES, R. E.; WHITBREAD, I. K.; KOSTIKAS, A.; SIMOPOULOS, A.; KARAKALOS, C.; WILLIAMS, C. K. (1984)** – Punic amphoras found at Corinth, Greece: an investigation of their origin and technology. *Journal of Field Archaeology*. Boston, 11-2, p. 205-222.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2008)** – Descoberta do povoado pré-romano de Porto do Sabugueiro (Muge). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, vol. 11, 2, p. 171-194.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2010-2011)** – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 18, p. 591-618.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012)** – *O acampamento romano do Alto dos Cacos, Almeirim*. Almeirim: Câmara Municipal.
- PINTO, C. V.; PARREIRA, R. (1978)** – Contribuição para o estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a norte do Estuário do Tejo. In *Actas das III Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1977)*. Lisboa, p. 147-163.
- SERRÃO, E. C.; VICENTE, E. P. (1980)** – A sepultura do Rei Mouro (uma estação da Idade do Ferro) – Negrais (Sintra). *Arqueologia*. Porto, 1, p. 28-35.
- SOUSA, E. (2011)** – *A ocupação pré-romana da Foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C.* Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

---

**NOTAS**

<sup>1</sup> Uniarq – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.